

O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social

*El Programa Mujeres Mil como una Posibilidad de Autonomía para
Mujeres en Vulnerabilidad Social*

Patrícia Martins Tavares¹

Jair Jonko Araujo²

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar o Programa Mulheres Mil e discutir seu potencial na emancipação das mulheres atendidas pelo mesmo. Desta forma, discorre brevemente acerca dos conceitos de Política Pública, gênero, vulnerabilidade e empoderamento. A partir dos dados obtidos nos documentos referentes ao Programa e em pesquisas recentes, pode-se inferir que essa política de gênero permite às mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade o acesso a cursos profissionalizantes que contribuem para a melhoria de seu potencial produtivo, visando sua inserção no mercado de trabalho, sob a perspectiva de melhoria de suas vidas e de suas famílias.

Palavras-Chave: Empoderamento, Gênero, Política Pública, Programa Mulheres Mil.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el Programa Mujeres Mil y discutir su potencial en la emancipación de las mujeres atendidas por el mismo. De esta forma, discurre brevemente acerca de los conceptos de Política Pública, género, vulnerabilidad y empoderamiento. A partir de los datos obtenidos en los documentos referentes al Programa y en investigaciones recientes, se puede inferir que esa política de género permite a las mujeres que se encuentran en situación de vulnerabilidad el acceso a cursos profesionalizantes que contribuyen a la mejora de su potencial productivo, su inserción en el mercado de trabajo, desde la perspectiva de la mejora de sus vidas y de sus familia

Palabras claves: Empoderamiento, Género, Política Pública, Programa Mujeres Mil.

1. Introdução

Este trabalho se insere numa pesquisa em andamento cujo objetivo é identificar como mulheres atendidas por uma oferta educacional deste programa significam esta política. De antemão, indicamos que a pesquisa tem como linha condutora uma concepção complexa de políticas sociais/educacionais, em consonância com a matriz conceitual pós-estruturalista. Neste sentido, não se compreende política na perspectiva linear, ou seja, não se trabalha com o propósito de analisar os processos e os impactos provocados pela implementação de

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnologia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSUL; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; patimartins87@gmail.com.

² Doutor em Educação, prof. do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSUL; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, jairaraujo@ifsul.edu.br.

determinada política, com objetivo de verificar a eficácia de determinado programa, na relação custo-benefício (Mainardes, Ferreira e Tello, 2011). As análises e interpretação dos sentidos das políticas serão realizadas com os aportes teóricos e metodológicos do ciclo de políticas, desenvolvido por Ball (1994).

Considerando a concepção deste autor que política é “um conjunto de tecnologias e práticas realizadas e disputadas em nível local - política é ambos, texto e ação, palavras e fatos, tanto o que é intencionado como o que é realizado.”(p.10) -, assumimos que ao mesmo tempo em que uma política está sendo construída está sendo contestada e alterada pois os “elaboradores/autores” não conseguem controlar o significado de uma determinada política, uma vez que elas serão interpretadas/resignificadas pelos atores/agentes das diferentes arenas/níveis onde uma política está sendo construída, criando novos significados para a referida política.

O Programa abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O Mulheres Mil foi implantado, inicialmente, como Projeto Piloto, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, a fim de permitir a melhoria do seu potencial de mão de obra, bem como as suas vidas e de suas famílias. Executado inicialmente em 12 estados das regiões norte e nordeste do país, foi idealizado por meio de uma parceria com a Association of Canadian Community Colleges (ACCC) do Canadá, em 2007.

Diante dos resultados obtidos, o Ministério da Educação (MEC) instituiu nacionalmente em 2011 o Programa Nacional Mulheres Mil. Com a metodologia Acesso, Permanência e Êxito, o Programa passou a ofertar cursos profissionalizantes às mulheres em situação de vulnerabilidade social. São cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas que atende um público específico de mulheres, utilizando uma metodologia específica, que privilegia temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

Em 2013, o Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) por meio da iniciativa Bolsa Formação. A oferta é resultado da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema no país. O programa é executado pelas unidades da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

De acordo com a cartilha do Pronatec o Programa Mulheres Mil é direcionado a mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico (sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas Sociais do Governo Federal.), com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM. O programa faz parte das metas de erradicação da pobreza do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal.

2. Autonomia: possibilidades e limitações do programa

Num primeiro momento, que se corresponde a este trabalho, apresentamos a política e procuramos identificar os significantes discursivos que estão privilegiados nos textos políticos que implantam ou tentam controlar os sentidos do programa. Por se tratar de uma política proposta empoderamento de mulheres em vulnerabilidade social, discutiremos sentidos para os significantes gênero, empoderamento e vulnerabilidade, com vistas a futuramente identificar como estes elementos foram significados por mulheres atingidas pelo programa, numa perspectiva discursiva, sujeitos posicionados por esta política.

Fábio Guedes (2006) argumenta, historicamente, comparando com as políticas de bem estar social em diversos países, a desarticulação das políticas de assistência social no Brasil. Com o avanço de modelos neoliberais gerencias, cada vez menos o Estado investe recursos em políticas que visem garantir as condições mínimas de existência à populações socialmente desfavorecidas.

Políticas públicas são as várias metas e planos que o governo desenvolve para alcançar o bem estar da sociedade e do interesse público sendo o Estado e a Sociedade Civil responsáveis pela discussão, ação e execução (SANTOS & FREITAS, 2014). O Programa Mulheres Mil é uma política Pública desenvolvida para mulheres em vulnerabilidade social. Uma de suas diretrizes, como exposto anteriormente, é defender a igualdade de gênero. Ultimamente podemos observar muitos esforços nesse sentido. Temos, por exemplo, a criação da ONU para mulheres em 2010 para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Conta com seis áreas prioritárias de atuação, a saber: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; normas globais e regionais. Segundo o Censo (2010) as mulheres somam 97.348.809 da população brasileira e os homens somam 93.406.990, ou seja, apesar da população feminina ser maior que a masculina se faz necessário reduzir a desigualdade social - no quesito gênero - ainda existente.

3. Conclusão

Entre os anos de 2014 e 2016 o Programa Mulheres Mil ofereceu 100 mil vagas para mulheres em vulnerabilidade socioeconômica. Pesquisas recentes apontam que o Programa auxiliou na elevação da autoestima, trouxe impactos positivos na vida das mulheres e contribuiu para o empoderamento das mesmas. Embora haja muitos aspectos a serem melhorados, pois muitas mulheres relatam ainda ter dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, por exemplo, pode-se constatar que essa política além de pioneira, no sentido de ser exclusiva para as mulheres, promove a capacitação profissional das mesmas buscando inseri-las no mercado de trabalho.

Referências

BALL, Stephan. Education reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BRASIL, **Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011**, que institui o Programa Mulheres Mil-Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192 Acesso em 16 nov 2016.

BRASIL, **Mulheres Mil oferece 100 mil oportunidades de capacitação**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/02/mulheres-mil-oferece-100-mil-oportunidades-de-capacitacao> Acesso em

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**, 2010. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf> (acesso em 16/11/2016).

GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia (org.). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. Alicia H. Puleo Caderno nº 8 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> Acesso em 12 out 2017.

FRANÇA, Matheus. **Gayle Rubin e o “The Traffic in Women”: apontamentos iniciais**. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/16/o-conlceito-de-genero-por-gayle-rubin-o-sistema-sexogenero/> Acesso em: 09 out 2017.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA, Eduardo Jr. **Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade**. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnera_b_cap_I_pgs_21-50.pdf Acesso em: 02 ago 2017.

IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2002. Tabela População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf> (acesso em 09/11/2016).

KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades. Estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay**. Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, LC/MVD/R, 1999. (n.180).

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. RAP Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAINARDES, Jeferson; FERREIRA, M. dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos. *In: Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, p. 143-172, 2011.

OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araújo. **Mulheres, conquistando espaços dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Iguatu**. São Leopoldo, 2014.

ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. [S. l.]: Onu Mulheres [2010]. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 12 out 2017.

SANTOS, Maria Aparecida de Paula; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. **O Programa Mulheres Mil no Brasil, ações para a inclusão social da mulher**. Anais do Congresso Internacional de Administração. Paraná, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro.